

❖ Regionalização do saneamento Paralelo Brasil - Portugal



Carlos Martins
Presidente da EPAL

Enquadramento jurídico institucional

Portugal=Brasil

Base constitucional

**Competência dos serviços de
água, esgotos e resíduos urbanos é municipal**

Enquadramento jurídico institucional

População portuguesa: 10,3 milhões

Continente: 9,94 milhões

Municípios em Portugal: 308

Municípios do continente: 278 (1500 hab Barrancos vs 550 000 hab Lisboa)

25 municípios com > 100 000 hab > 50% população

38 municípios com < 5 000 hab

110 municípios com < 10 000 hab < 10% população

Legislação setorial igual para todos !

Enquadramento jurídico institucional

Portugal=Brasil
Diversidade partidária

**Municípios com diferentes lideranças
partidárias**

Órgãos municipais com diversas maiorias

Enquadramento jurídico institucional

1993

Portugal considerou essencial fazer uma reforma do setor para garantir o desenvolvimento sustentável dos serviços de águas e resíduos, tendo por base o exemplo e experiência da EPAL



A relevância do Modelo de Governança



Desafio legislativo

Novo Marco Legal (1993) cria a possibilidade de novos modelos de gestão:

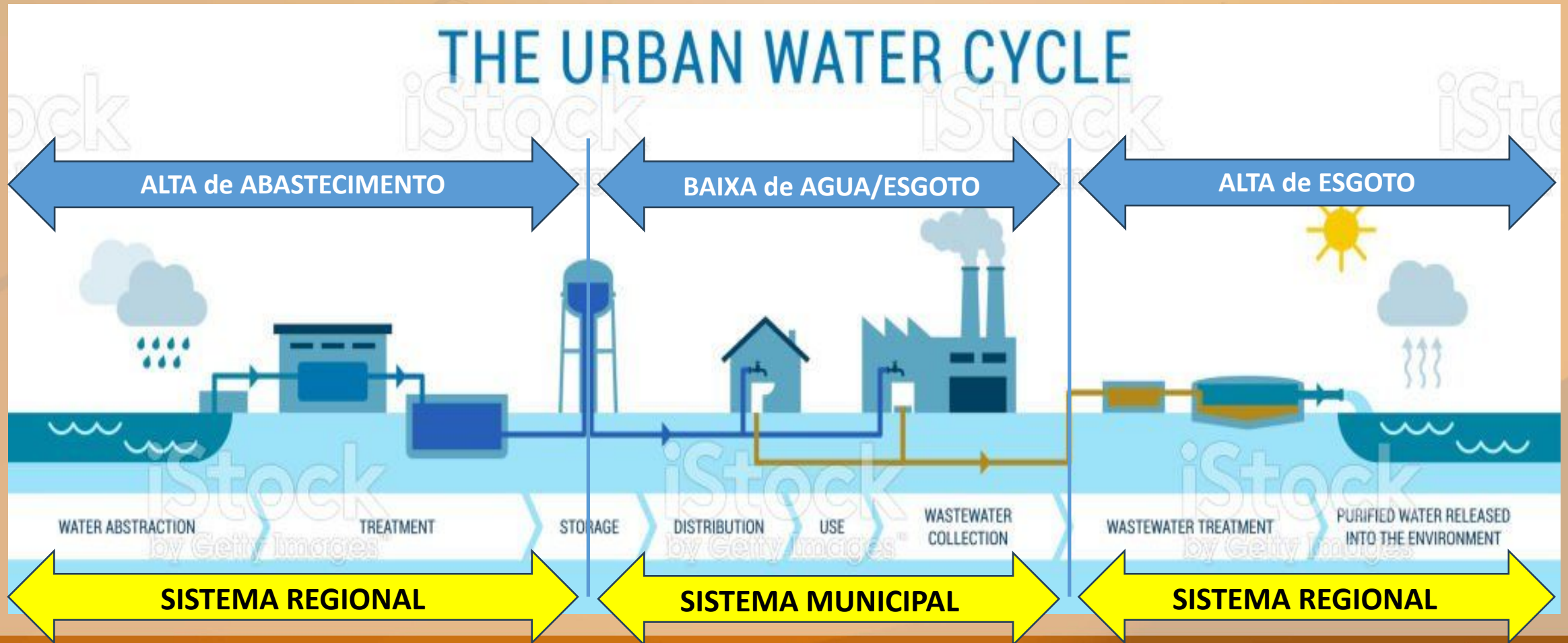
- ✓ **Criação de regulador setorial – IRAR/ERSAR**
- ✓ **Alteração da cadeia de valor (“alta” e “baixa”)**
- ✓ **Criação de sistemas multimunicipais (Estado + municípios)**
- ✓ **Criação de sistemas intermunicipais**
 - **Municípios (100%)**
 - **Municípios (>51%) + privados**

Desafio legislativo

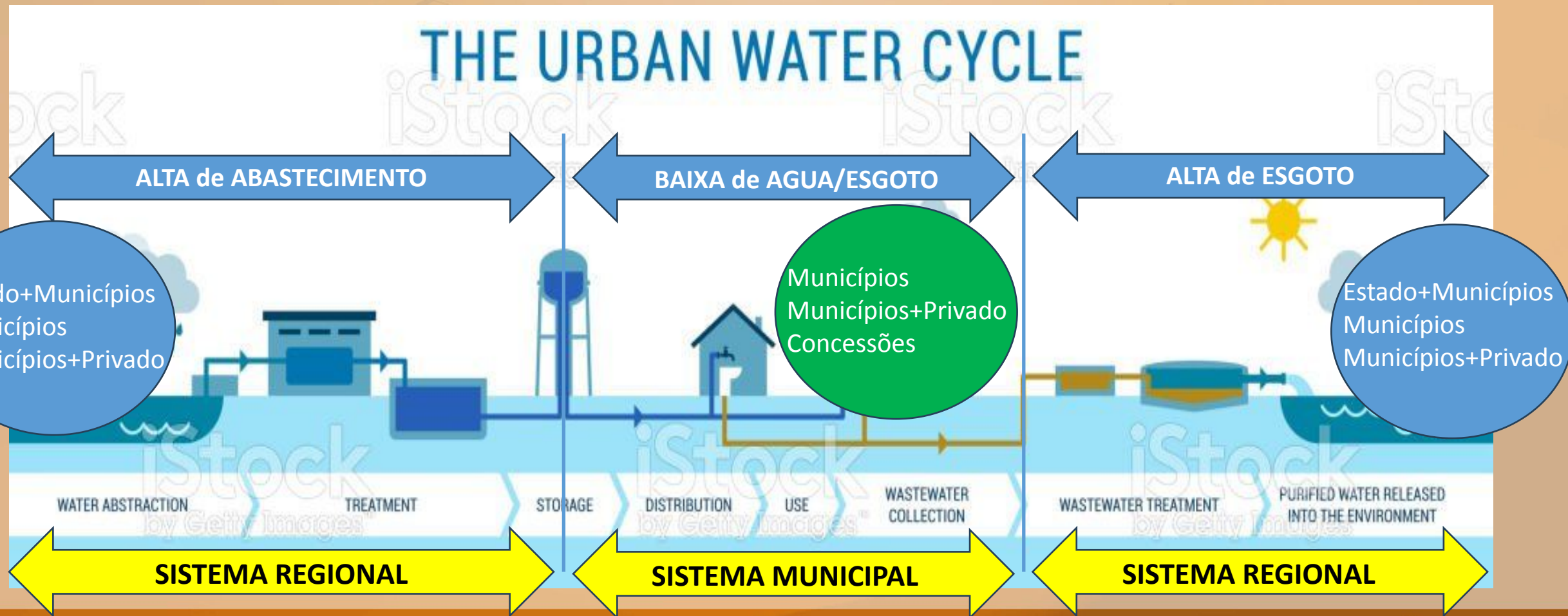
Novo Marco Legal (1993) cria a possibilidade de novos modelos de gestão:

- ✓ **Titularidade das infraestruturas pública;**
- ✓ **Titularidade municipal no final das concessões;**
- ✓ **Concessões multimunicipais pelo Estado até 50 anos;**
- ✓ **Concessões municipais por licitação até 30 anos;**
- ✓ **Prestação de serviços de operação/manutenção.**

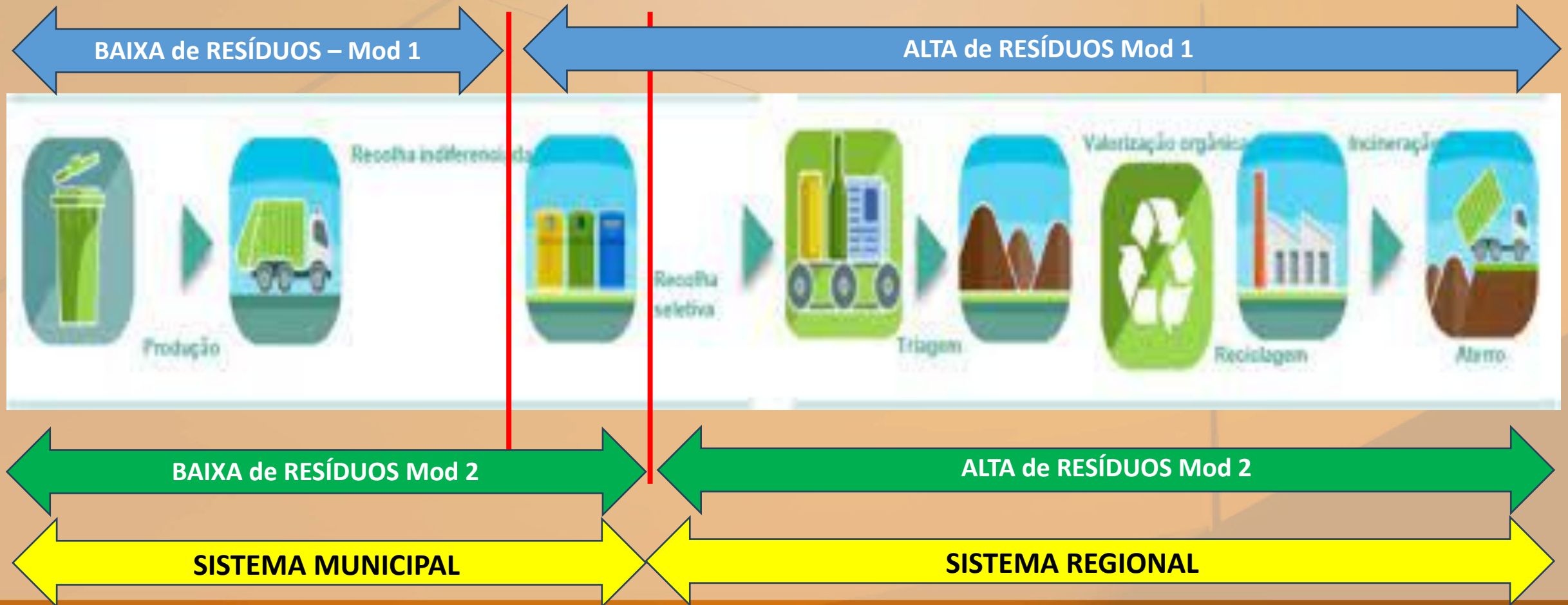
Alteração da cadeia de valor



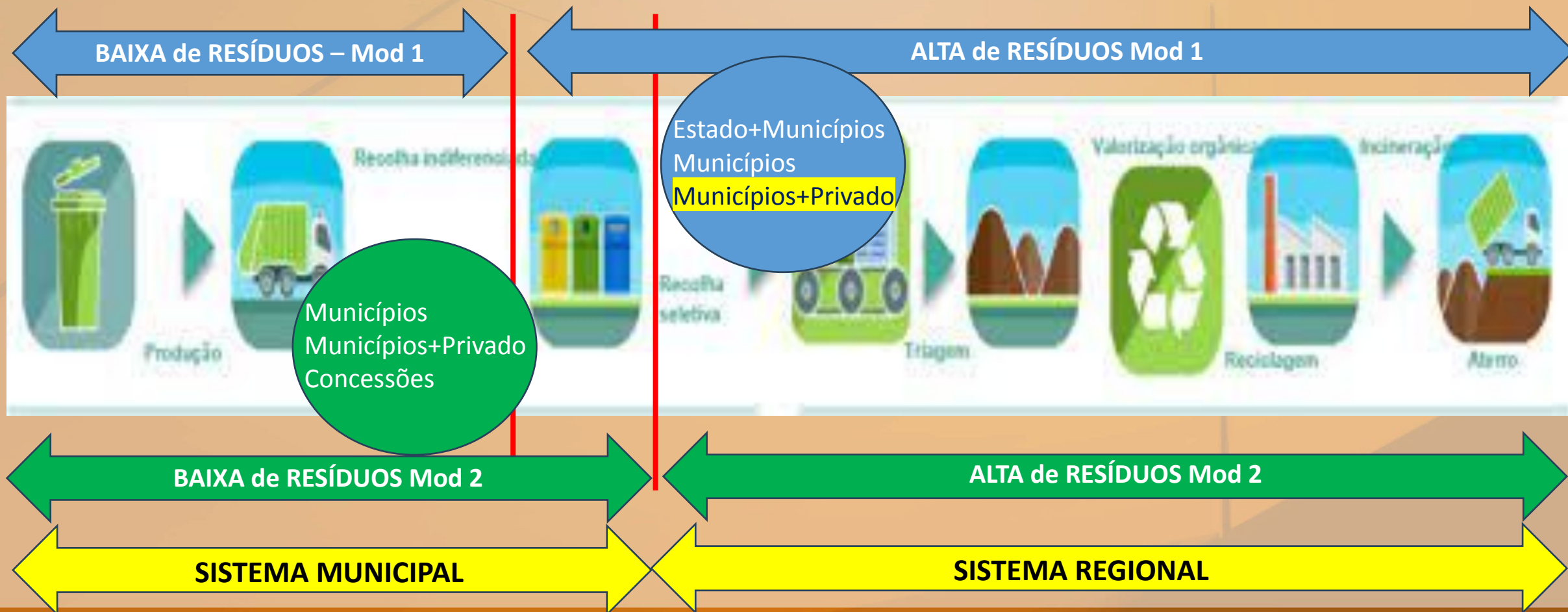
Alteração do Modelo de gestão



Alteração da cadeia de valor



Alteração do Modelo de gestão



Critérios técnicos de planejamento

Sistemas Regionais de abastecimento de água:

- ✓ Origens de água: Superficiais+subterrâneas

Sistemas Regionais de esgotamento sanitário:

- ✓ Bacia hidrográfica

Sistemas Regionais de resíduos urbanos:

- ✓ Localização infraestruturas (ambiente) + Acessibilidade (vias)
- ✓ Ordenamento território (produção) + 50 km+50km/Utransf.
- ✓ Metas (Modelo técnico/tecnologias) + Dados Sócio-económicos

Critérios técnicos de planejamento

- ✓ Geografia variável;
- ✓ Municípios “âncora” – suporte económico à tarifa
- ✓ Criação de sistemas regionais alta com 50 000 a 1 500 000 hab
- ✓ Criação de sistemas regionais baixa com 50 000 a 100 000 hab
- ✓ Sistemas regionais de abastecimento de água (AA);
- ✓ Sistemas regionais de esgotos (águas residuais) (AR);
- ✓ Sistemas de resíduos urbanos (RU);
- ✓ Sistemas de AA+AR;
- ✓ Sistemas AA+AR+RU



Desafio da regionalização

PLANO

Conversa

3C



Cenoura



Cacete



Desafio da regionalização

PLANO

Conversa

3C

Economias de escala

- Redução do número de infraestruturas;
- Minimização de riscos ambientais;
- Maior controlo técnico e ambiental;
- Redução de custos e Tarifas mais baixas;
- Gestão empresarial /profissionalizada.



Desafio da regionalização **PLANO**

Cenoura

3C

Apoio ao financiamento (1º quinquénio)

- Apoio a fundo perdido em soluções supramunicipais;
- Apoio até 85% nos primeiros 3 anos;
- Apoio até 50% nos primeiros 5 anos;
- Apoio até 30% nos anos seguintes.



Desafio da regionalização

PLANO

3C

Resultado...

- A conversa funcionou bem em municípios urbanos;
- A cenoura “ajudou” decisão nos restantes;
- As entidades de fiscalização fizeram pedagogia;
- 75% dos municípios em sistemas regionais água e esgoto;
- 100% dos municípios aderiu a consórcios resíduos !

...não se usou o cacete !

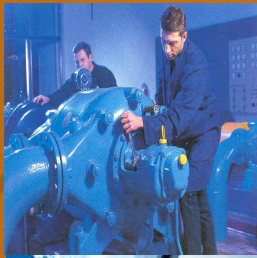
Evolução do setor da água em Portugal

Atuais desafios



"INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE"





1903 Lisboa
Aguadeiros no Largo do Chafariz de Dentro



1907 Loriga
Fontanário construído com financiamento de emigrantes no Brasil - Manaos

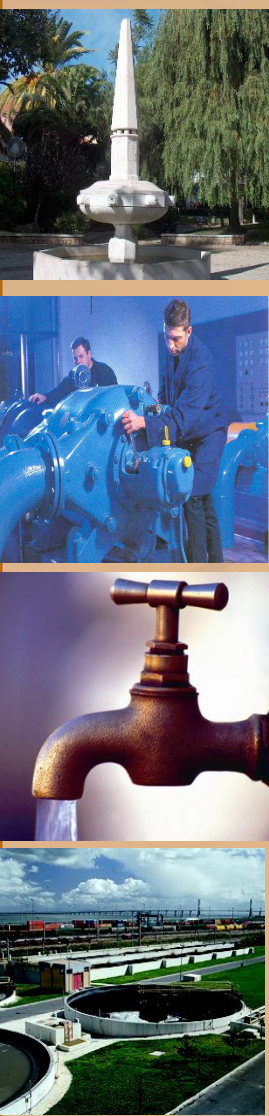
Sistemas públicos de água em 1972



	População servida (%)
Distribuição domiciliária de água	40
Distribuição por fontanários	27
Sem acesso a sistema de distribuição	33
Acesso a redes de saneamento	17
Tratamento de esgotos	2.5
Sem acesso a rede saneamento ou fossas	83

Modelos de gestão para o sector das

águas



Segmentação em "Alta" e "Baixa"

Anos 20

Anos 40

Anos 90

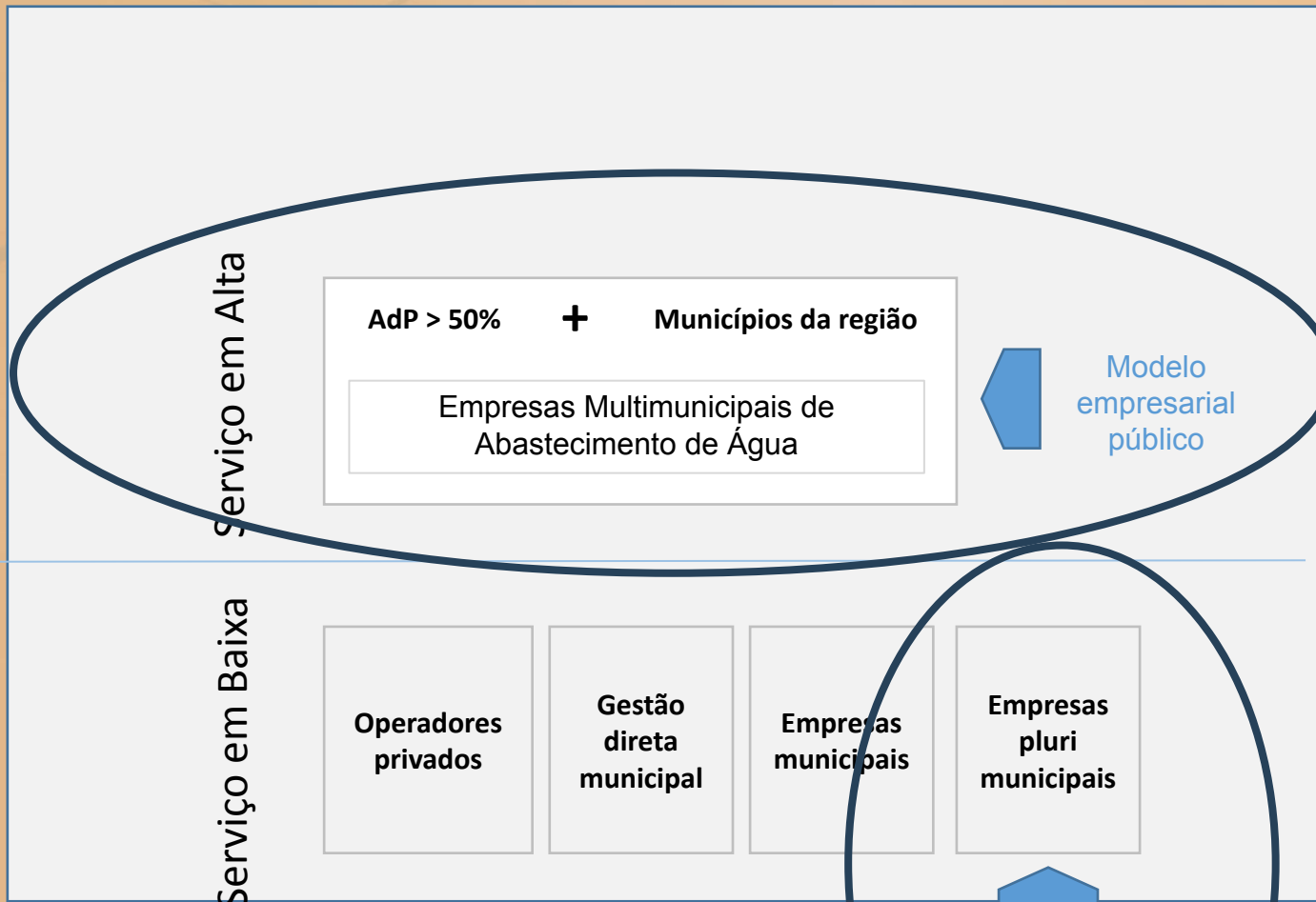
1998

O modelo institucional português | Estruturação do sector

Segmentação da gestão da vertente em Alta e da vertente em Baixa



Segmentação da gestão da vertente em Alta e da vertente em Baixa



Em 2009, através do DL 90/2009 foi criado um novo modelo de gestão para a “baixa”: o modelo institucional de Parceria Pública Estado e autarquias locais, com especificidades contratuais distintas do modelo multimunicipal.

Este modelo surge da necessidade de resolver problemas que persistiam nos sistemas em “baixa”, sem escala e sem capacidade para assegurar os níveis de qualidade do serviço fixados pelo Regulador.

Através deste modelo, é possível criar empresas regionais responsáveis pelo serviço em “baixa” participadas pela AdP e pelos municípios, numa parceria entre o Estado Central e os Municípios.

1. Apenas municípios
2. AdP com os municípios

Governança Chave do sucesso Pilares essenciais



"INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE"



1993

Drivers da mudança

Financiamentos disponíveis

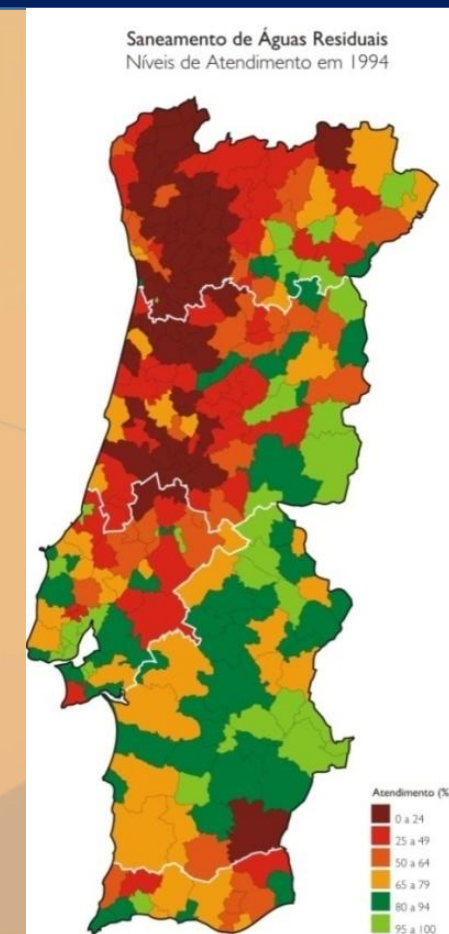
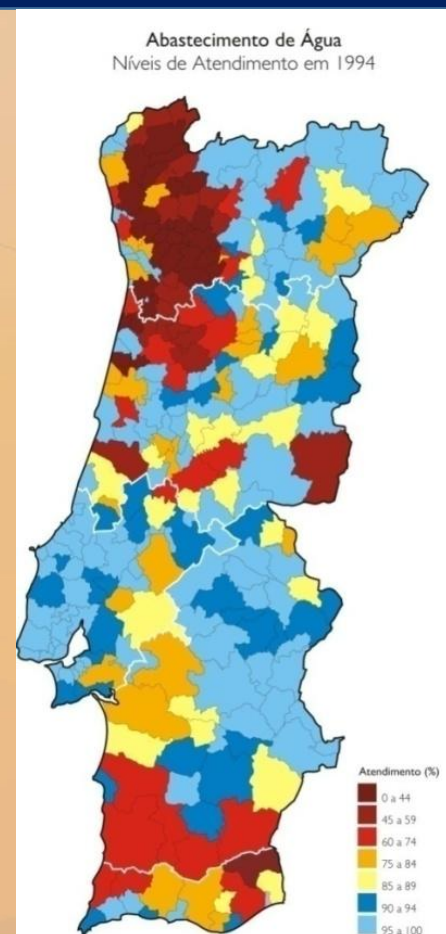
Exigências legais para o sector – Directivas CE

Sector empresarial público com know-how e recursos humanos capacitados (AdP + EPAL)

1993

Como estávamos há 25 anos

- Operadores sem natureza empresarial: **atrás...**
 - Sem dimensão
 - Sem capacidade financeira
- Planeamento deficiente, fraca qualidade dos projectos e infra-estruturas degradadas
- Fraca qualidade do serviço
- Dificuldades em atrair os bons profissionais para os serviços municipais
- Preços insuficientes para cobrir os custos dos serviços

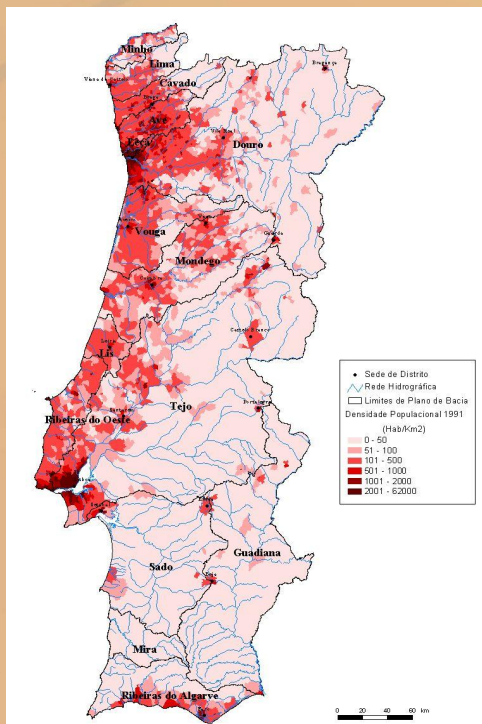


1993

O modelo empresarial regional: 1ª geração

Densidade populacional

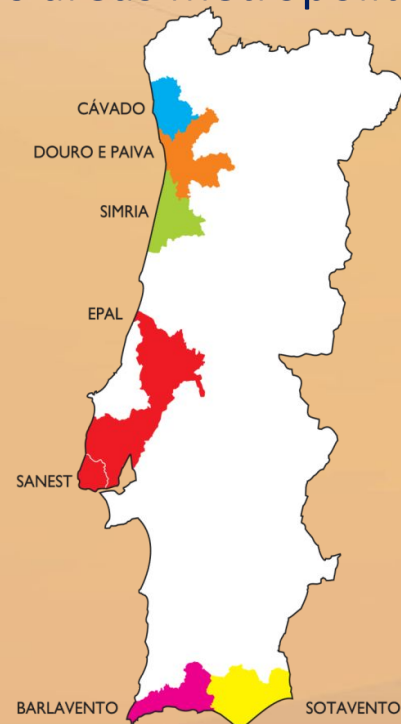
Concentração no litoral e cidades interiores de pequena dimensão



Densidade Populacional

Empresas multimunicipais de 1ª geração

Grandes áreas metropolitanas



INTEGRAÇÃO REGIONAL

Os limites administrativos deixam de constituir obstáculos à escala das soluções.

MODELO EMPRESARIAL

Contabilidade própria, objectivos, prestação de contas.

RECUPERAÇÃO INTEGRAL DE CUSTOS de exploração e investimentos



DÉCADA DE 90

- Alteração da Lei da Delimitação de Sectores (DL n.º 372/93) | Abertura do sector à iniciativa privada

- Criação da figura legal dos sistemas multimunicipais

- Constituição do Grupo Águas de Portugal

- Criação das empresas multimunicipais de 1.ª geração

- Regulamentação da criação de empresas municipais e intermunicipais (Lei n.º 58/99)

1993

1994

1996

1997

1998

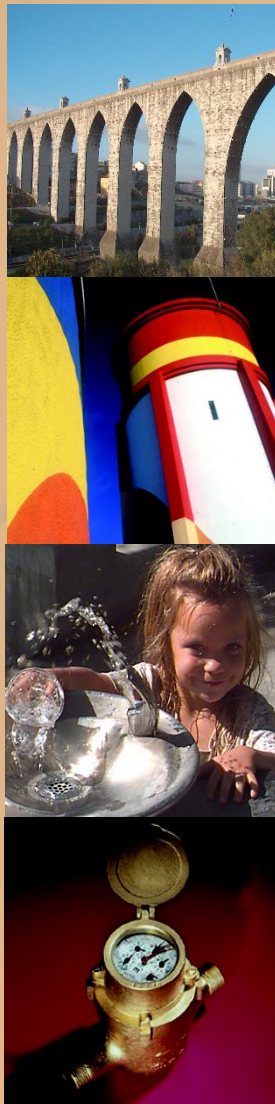
2000

- Lançamento do primeiro concurso público para concessões municipais

- Criação do IRAR (DL n.º 230/97)

- Publicação do PEAASAR I (2000-2006) e início da sua implementação

QCA II (1994-1999)



2000-2009

- Designação do IRAR como autoridade competente no controlo da qualidade da água para consumo humano (DL n.º 151/2002)

- Publicação da Lei da Água, que transpõe para o direito interno a DQA (Lei n.º 58/2005)
 - Novo quadro institucional do sector

- Aprovação do novo regime económico e financeiro dos recursos hídricos (DL n.º 97/2008)

2002

2004

2005

2007

2008

2009

- Criação das empresas multimunicipais de 2.ª geração
- Aprovação de estratégia governamental sobre reestruturação do sector da água (RCM 72/2004)

- Aprovação do PEAASAR II (2007-2013) e início da sua implementação
- Revisão do regime da qualidade da água para consumo humano (DL n.º 306/2007)

- Aprovação de novo regime jurídico do sector (DL n.º 194/2009)
- Regulação do regime das parcerias Estado/autarquias
- Revisão do regime dos serviços municipais
- Transformação do IRAR em ERSAR abrangendo todas as entidades gestoras
- Revisão do regime dos serviços multimunicipais (DL n.º 195/2009)

QCA III (2000-2006)

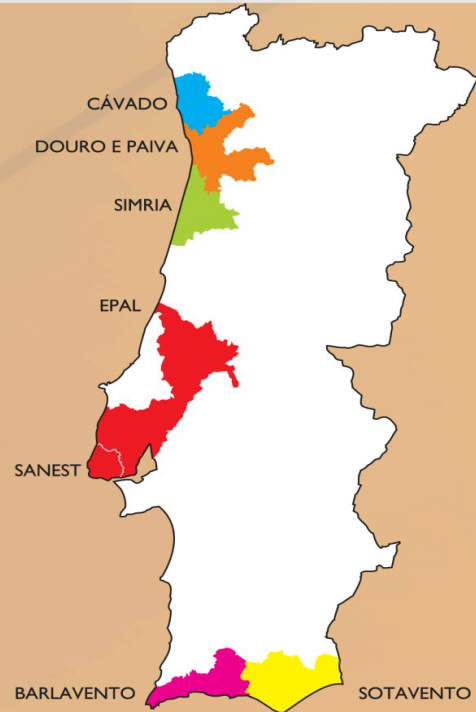
QREN (2007-2013)

2000
2006

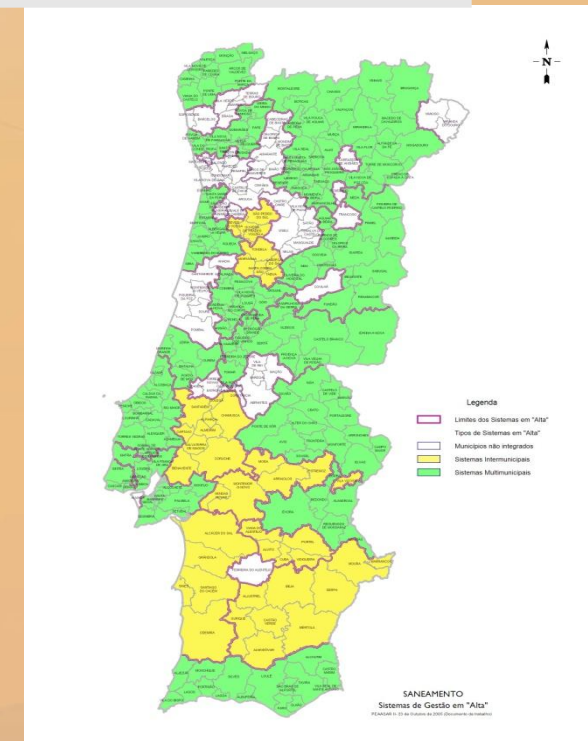
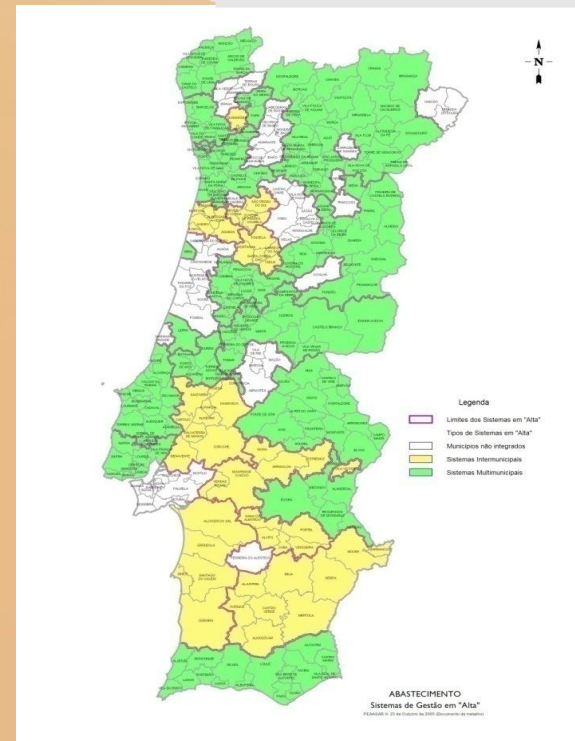
A 2ª geração de empresas regionais

A generalização do modelo multimunicipal

Entre 1993 e 1999 foram criados 5 sistemas multimunicipais

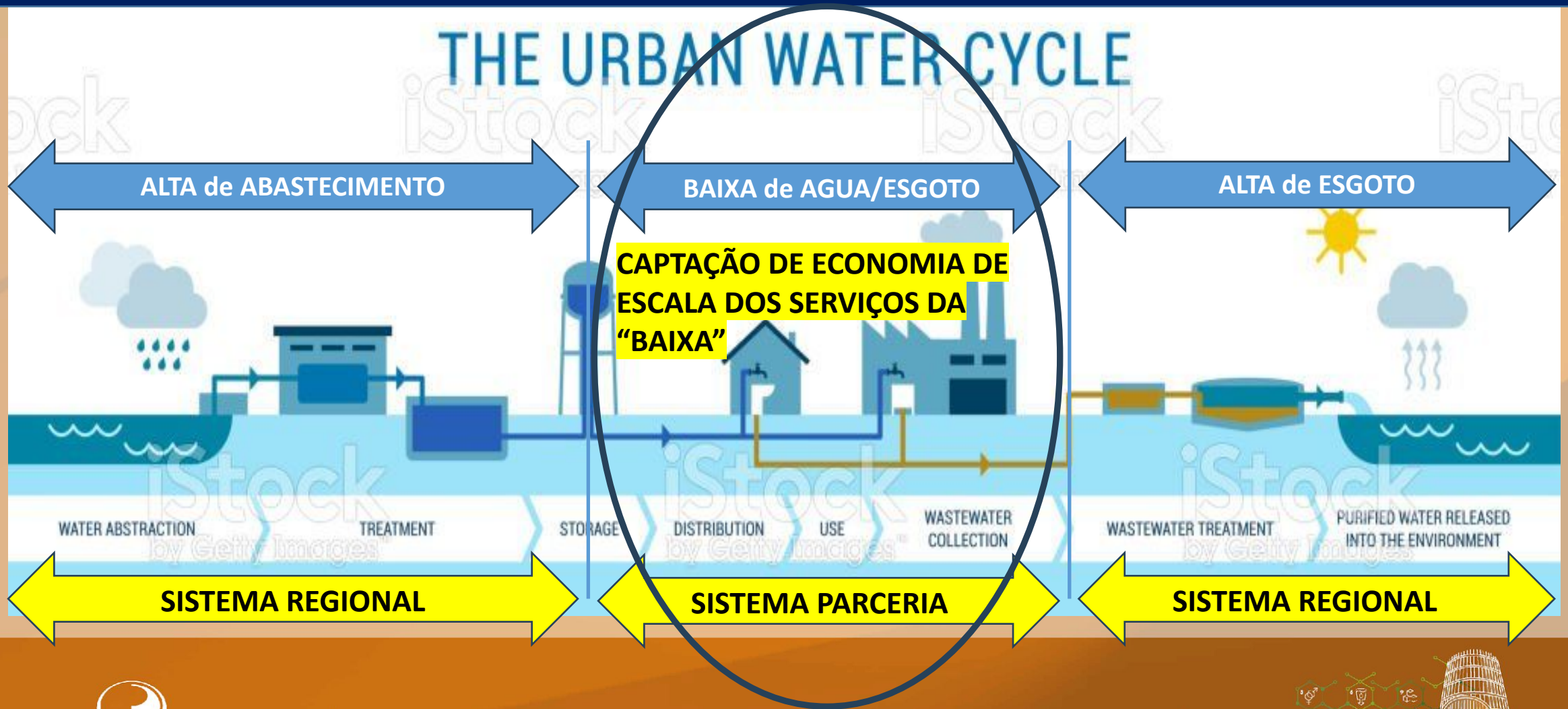


Entre 2000 e 2004 foram criados 12 novos sistemas multimunicipais



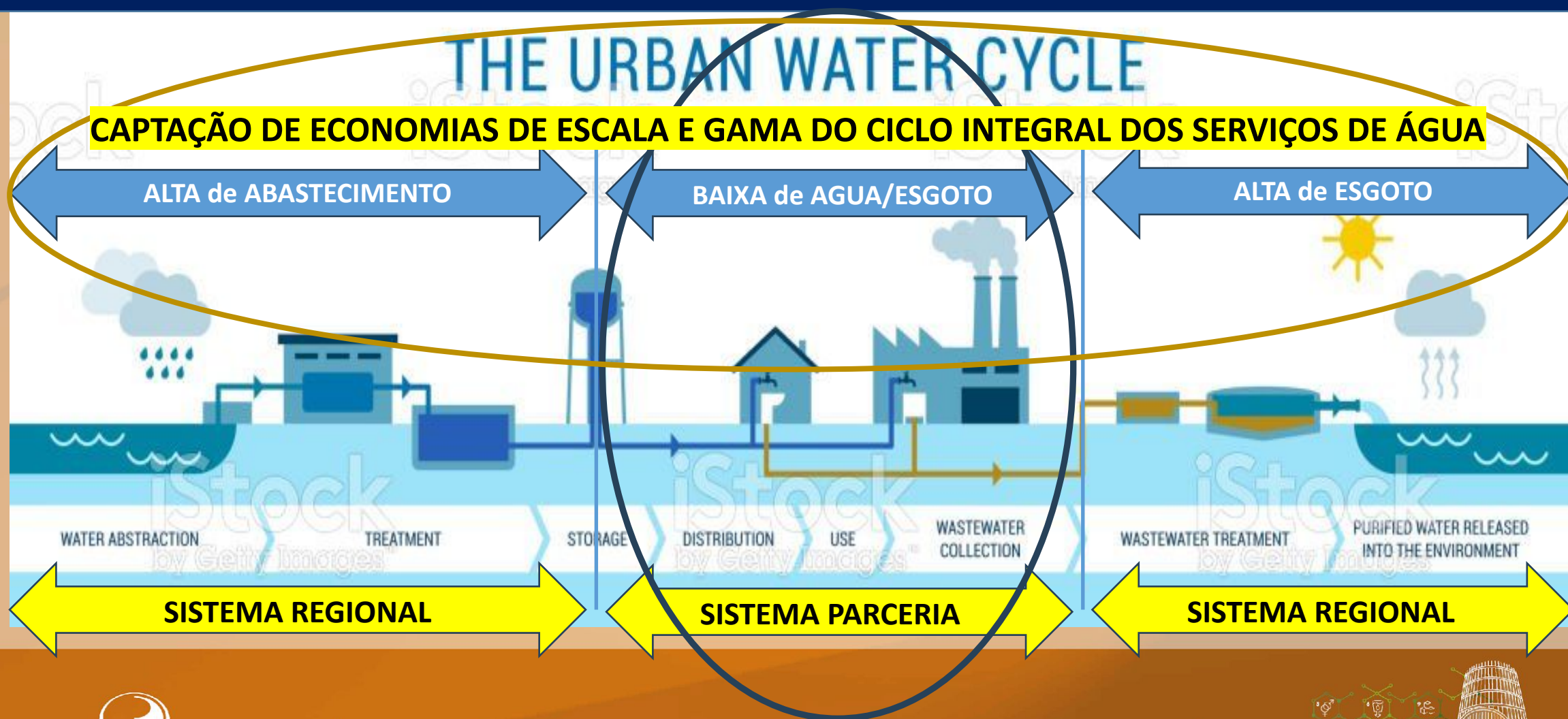
2015
2023

A 3ª geração de empresas regionais (“Baixas”)



2018
2023

4ª geração de empresas regionais (verticalização)



2015 Atendimento regional em Portugal

ABASTECIMENTO

O
DE ÁGUA
218

Municípios servidos

7,5 Milhões

Habitantes abrangidos

99,7%

Qualidade da água



SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS **223**

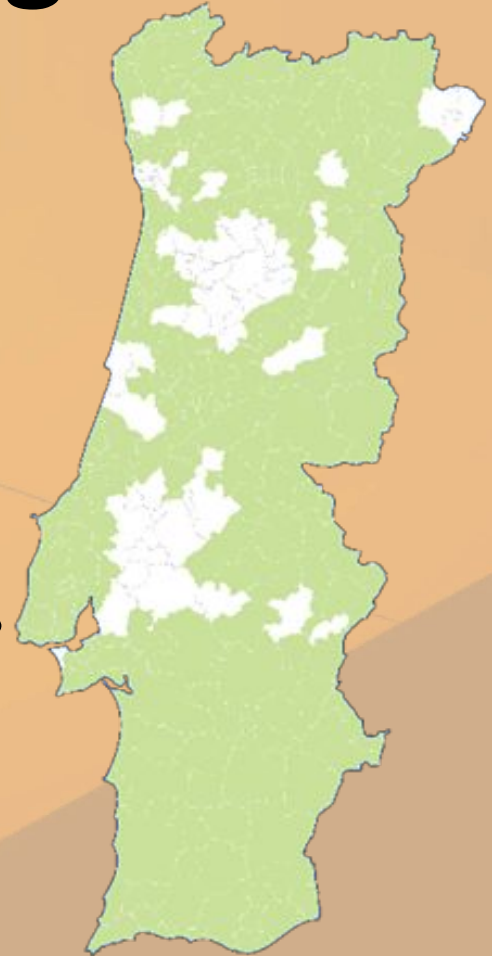
Municípios servidos

6,3 Milhões

Habitantes abrangidos

94%

Conformidade
do tratamento

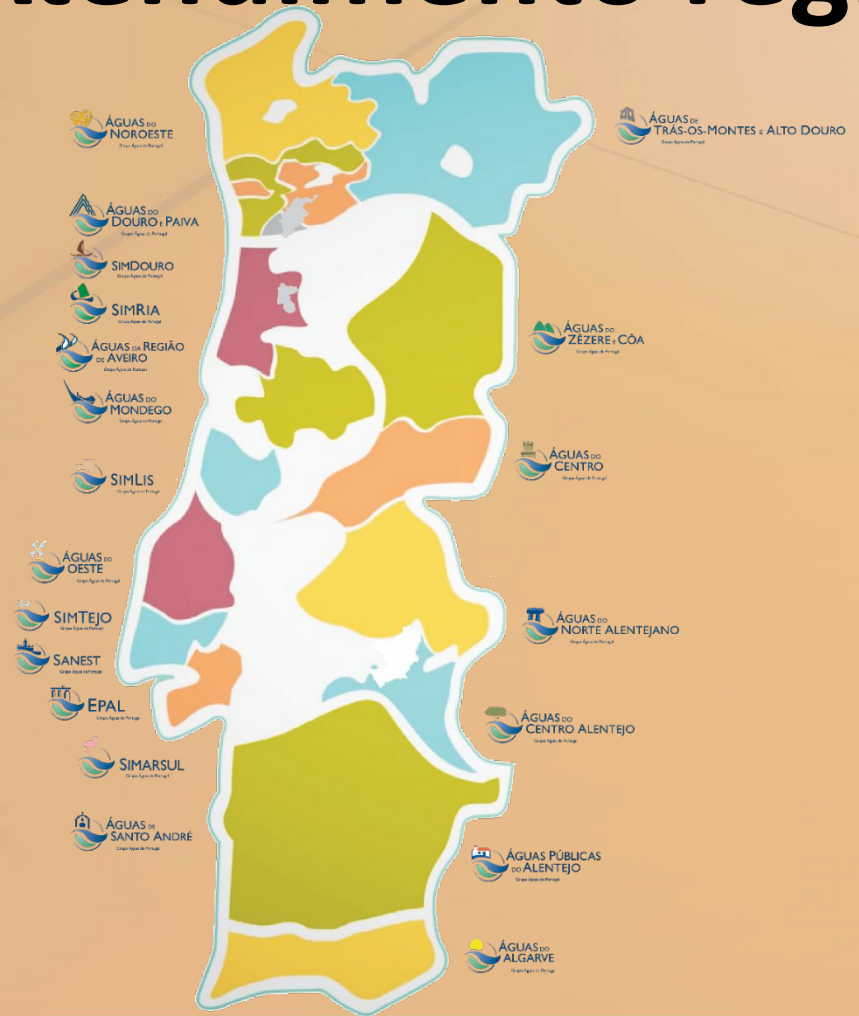


2015

Atendimento regional em Portugal

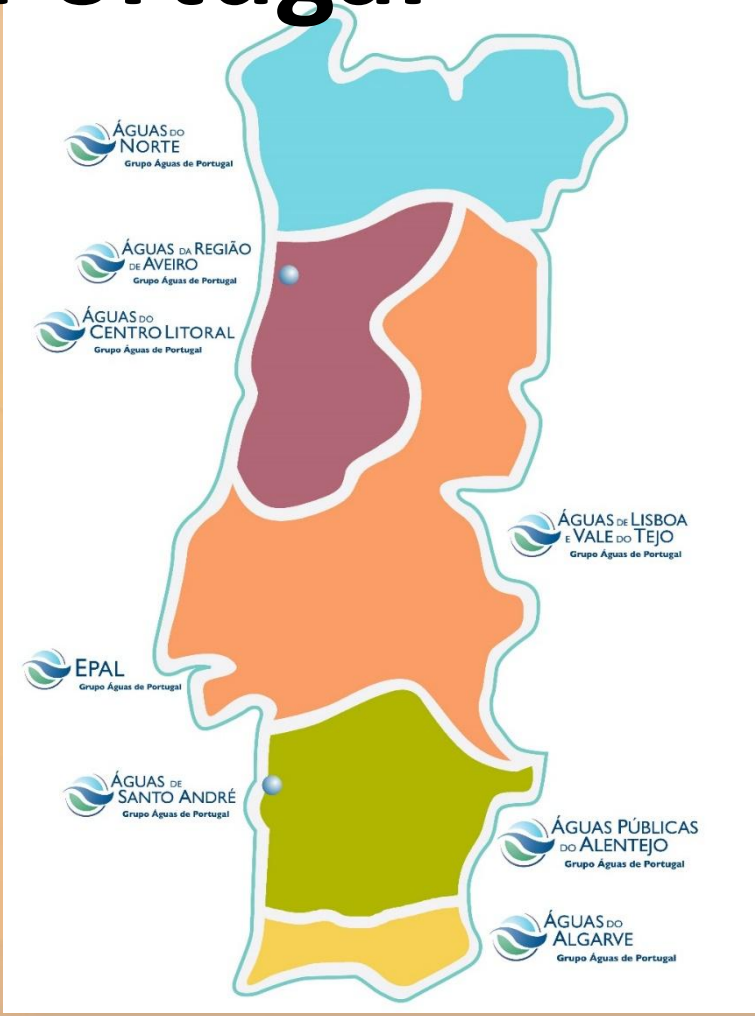
Pré Fusão

2015



Pós Fusões

2015



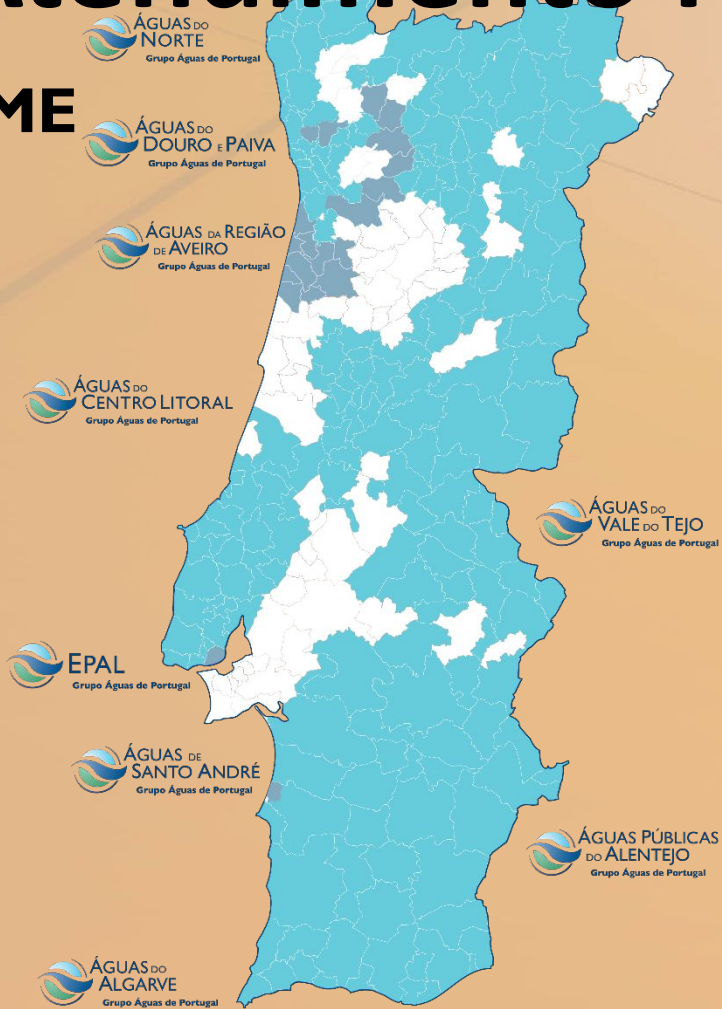
"INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE"



Atual Atendimento regional em Portugal

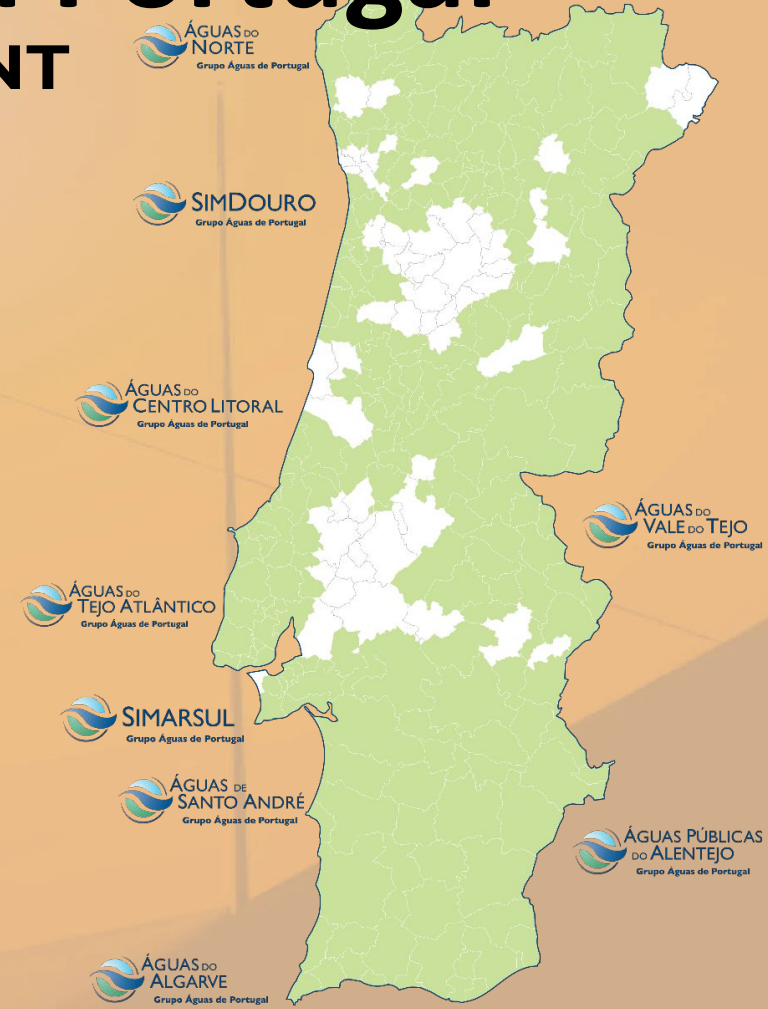
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

2018



SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

2018



Financiamento público no setor da água 1993-2020

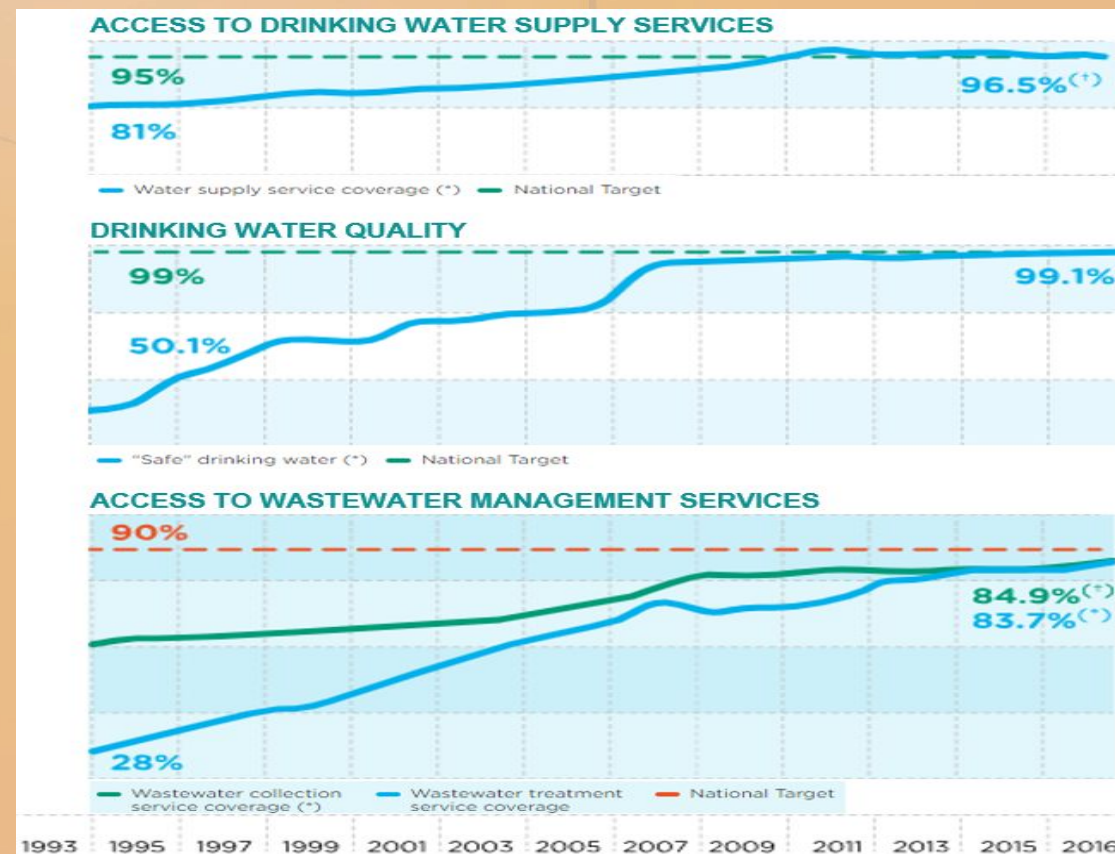
• Investimento no Setor da Água:

- Valor acumulado 13 300 Milhões Euro¹
- Valor período 2015/2020 750 Milhões Euro

• Questões prioritárias:

- Elevado número de EG de pequena dimensão
- Baixo nível de recuperação de custos
- Prestação de serviços a tarifas muito baixas
- Baixa taxa de reabilitação de ativos
- Nível de perdas de água

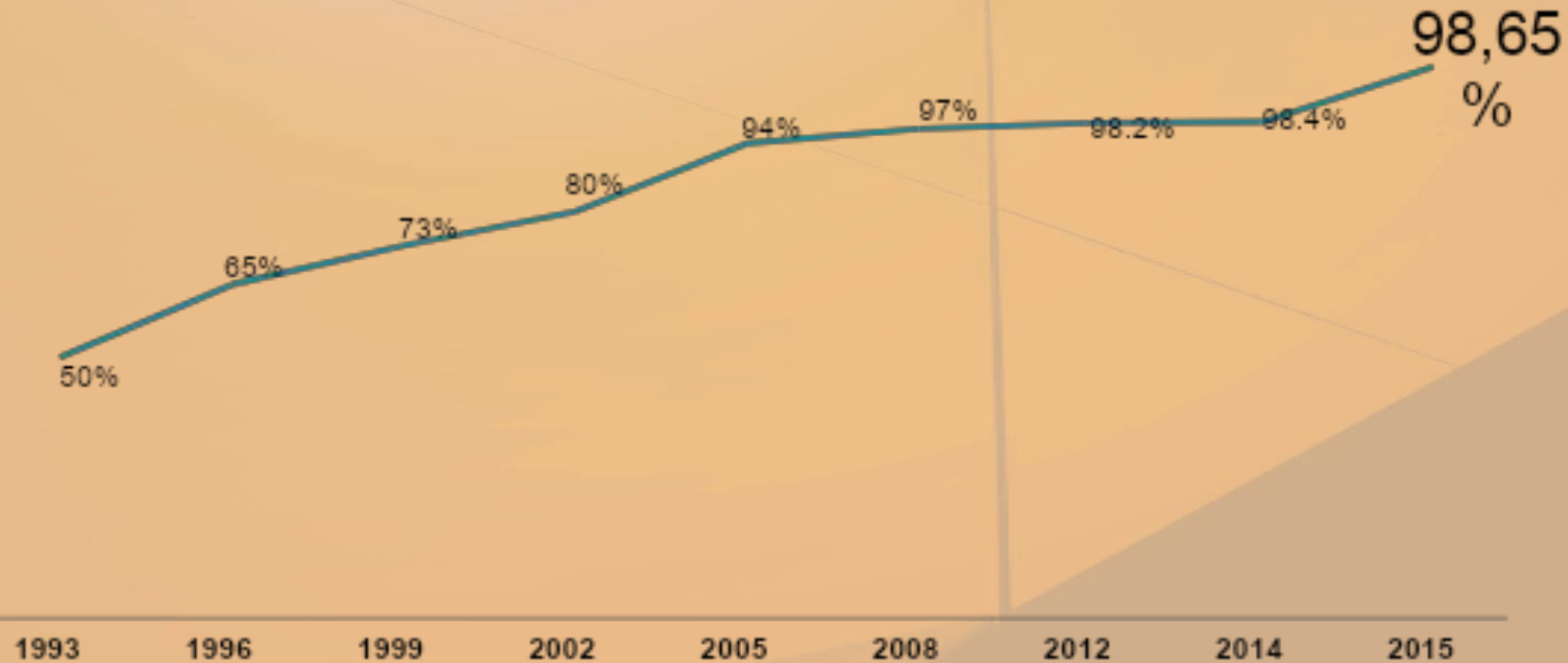
(1) Fonte: RASARP



Qualidade da água – “Beba água da torneira”



ÁGUA CONTROLADA E DE BOA QUALIDADE

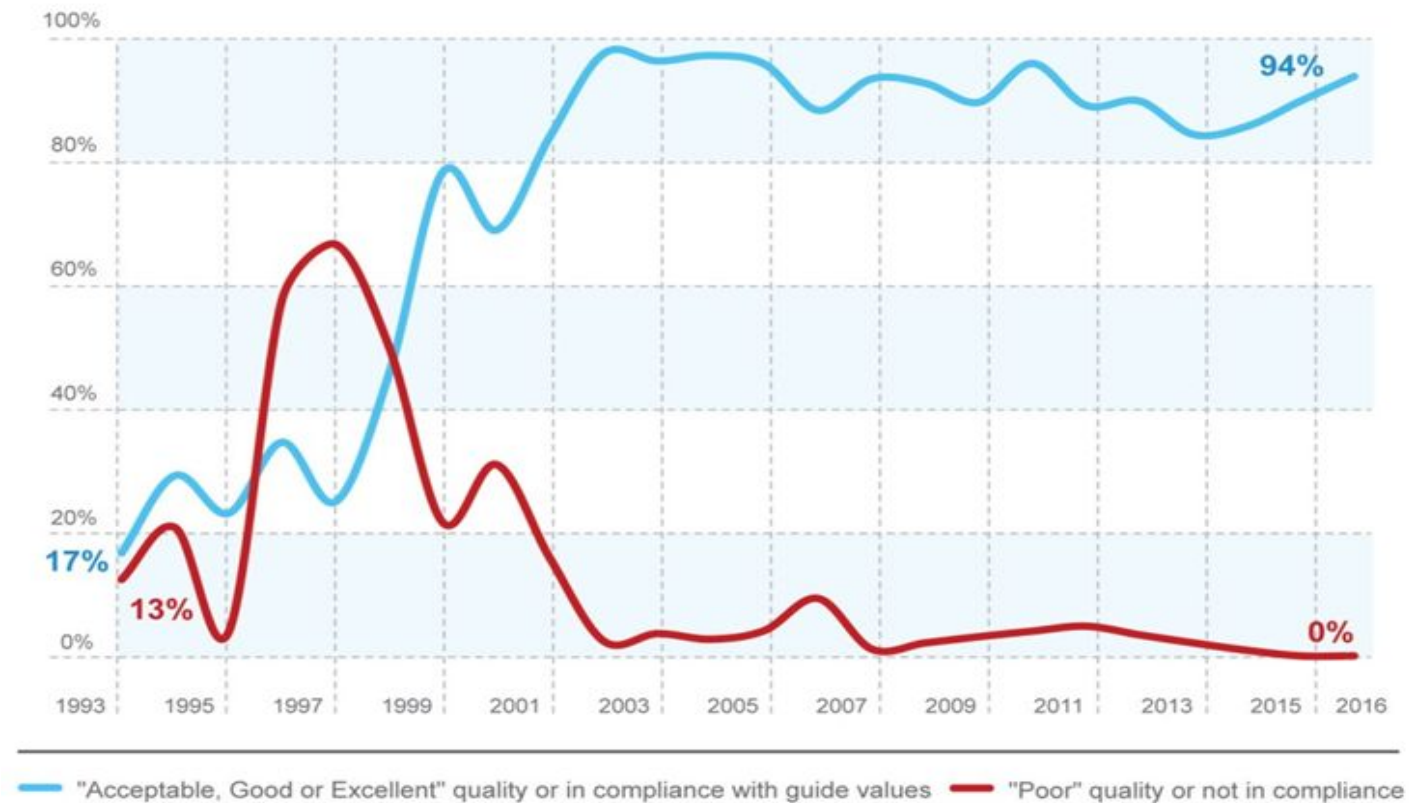


Qualidade da água balnear



Inland bathing water quality

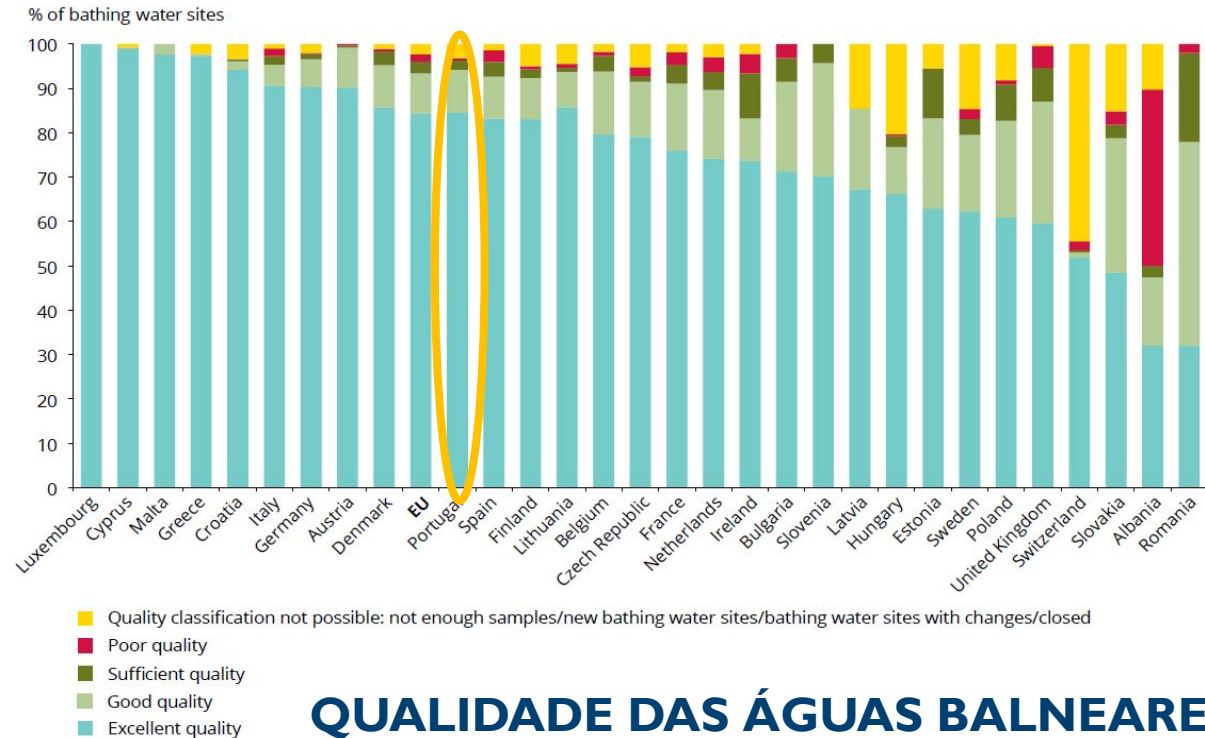
Source: APA | REA (State of the Environment Report)



Qualidade da água balnear



Portugal reconhecido esta semana como um dos melhores países do mundo no sistema Bandeira azul



QUALIDADE DAS ÁGUAS BALNEARES



IBRAOP

Fonte: EEA, 2016

“INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE”

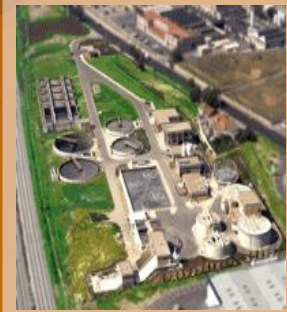
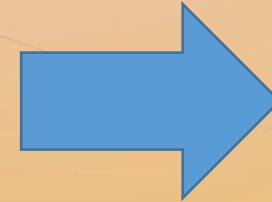


Portugal

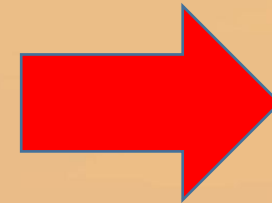
Evolução do setor entre 1993 e 2011 e objetivos para 2020



Percentagem de população com acesso a serviços públicos de abastecimento de água



Percentagem de população com acesso a serviços públicos de águas residuais com tratamento adequado





COMO CHEGÁMOS AQUI?

O MODELO DE GOVERNANÇA

MODELO REGIONAL E MULTIMUNICIPAL

CRIAÇÃO DA AdP – ÁGUAS DE PORTUGAL

Evolução do setor resíduos em Portugal

Atuais desafios



"INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE"



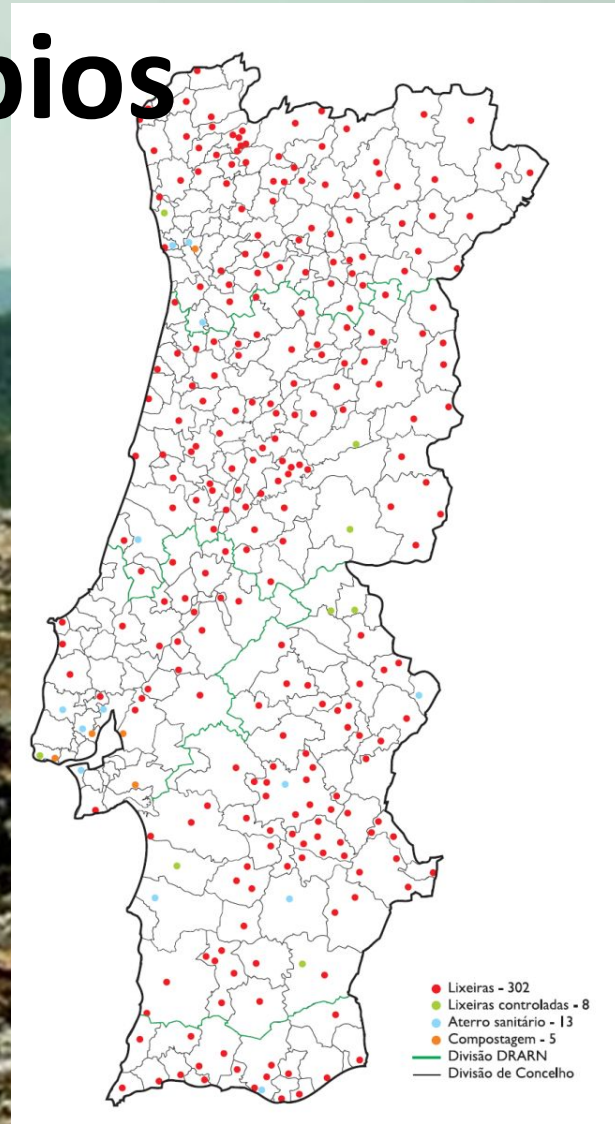
PERSU – Plano Estratégico

Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU)

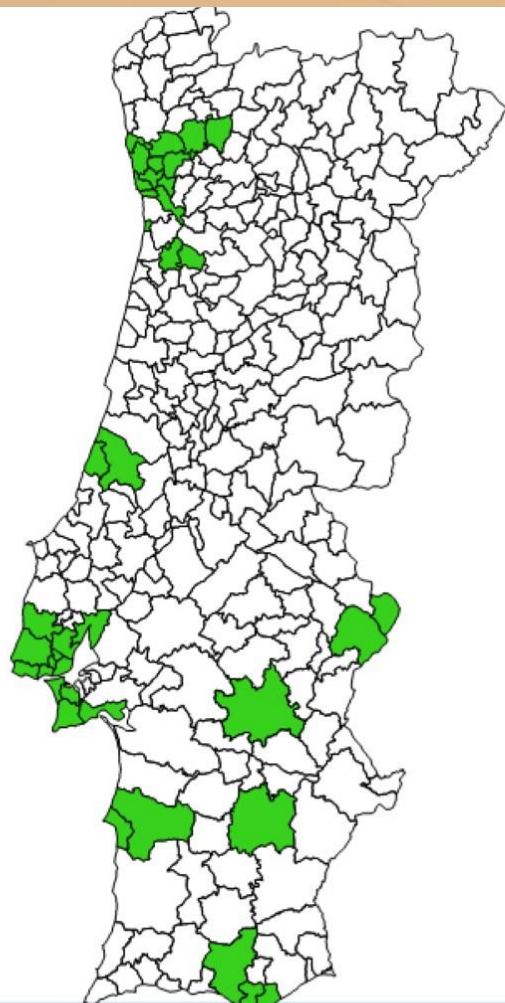
1997-2006



341 lixões nos 278 municípios

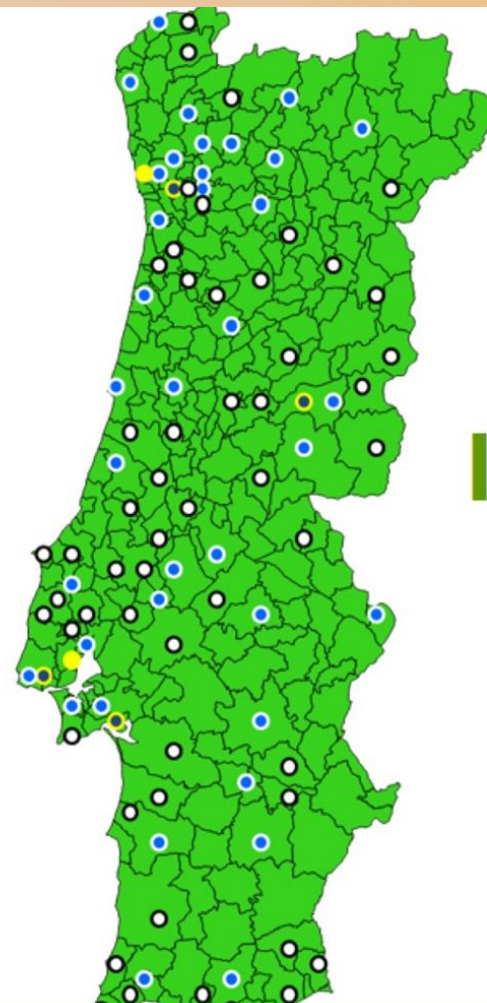


Rede regional de infraestruturas



Dez
1996

24% da população servida
por destino final
considerado adequado



jan
2002

100% da população servida
por destino final adequado

Balanço em janeiro de 2002

Em apenas 5 anos

PLANEAR, LEGISLAR, FINANCIAR
e EXECUTAR

Encerrados todos os lixões !

Construção de uma rede nacional de infraestruturas
ambientais!

Criação de um sistema para coleta reversa de fluxos
especiais.

Regionalização otimiza o investimento

Investimento (1996 até 2006)

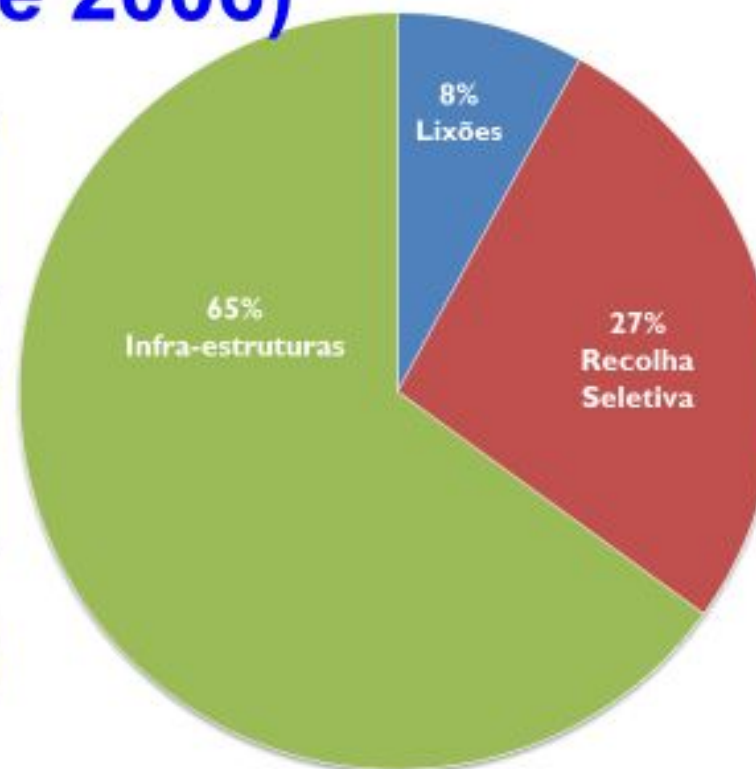
Global : 1.175 milhões de euros

Per Capita : 117 €/habitante

9 euros/hab

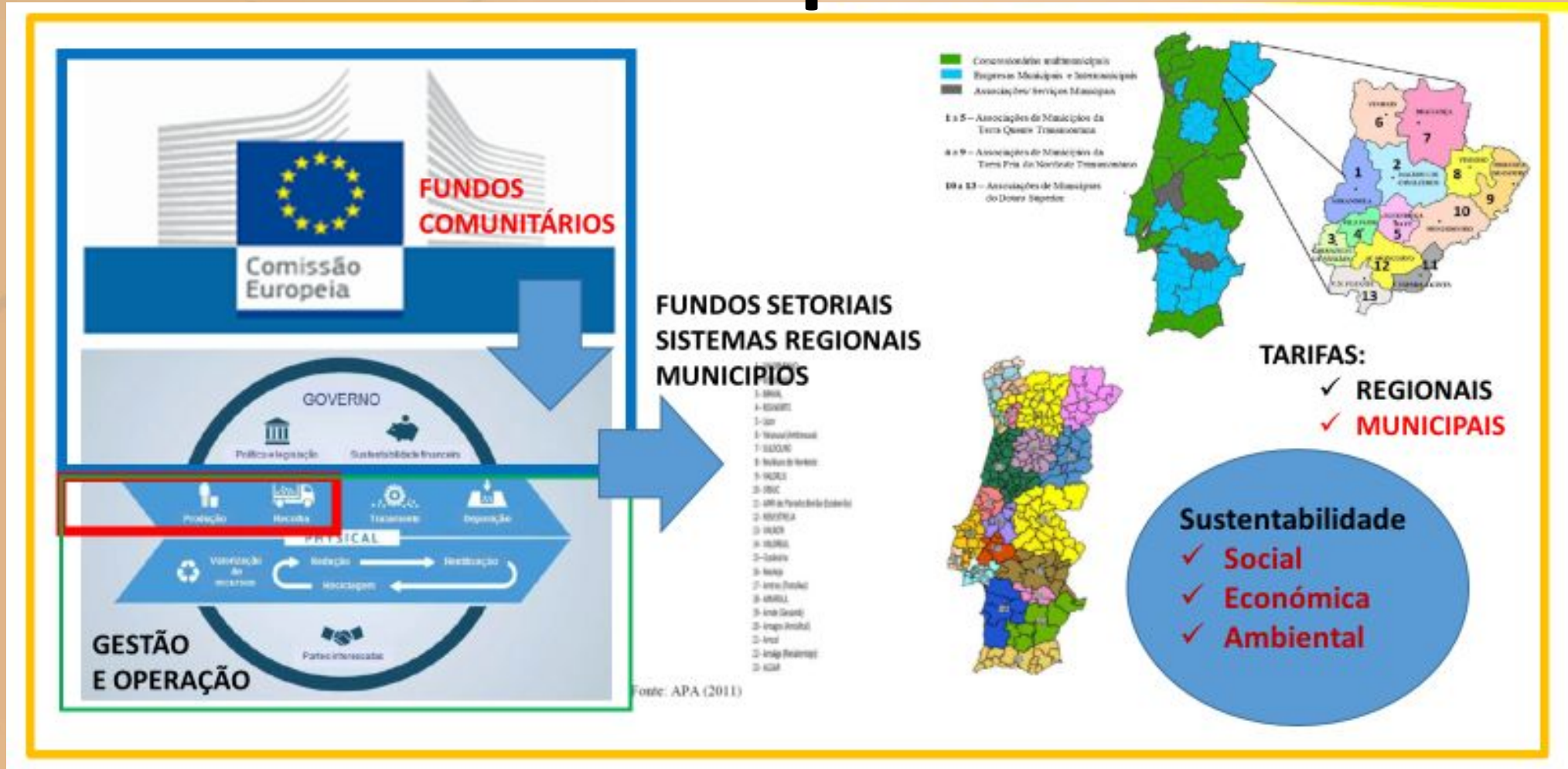
32 euros/hab

76 euros/hab



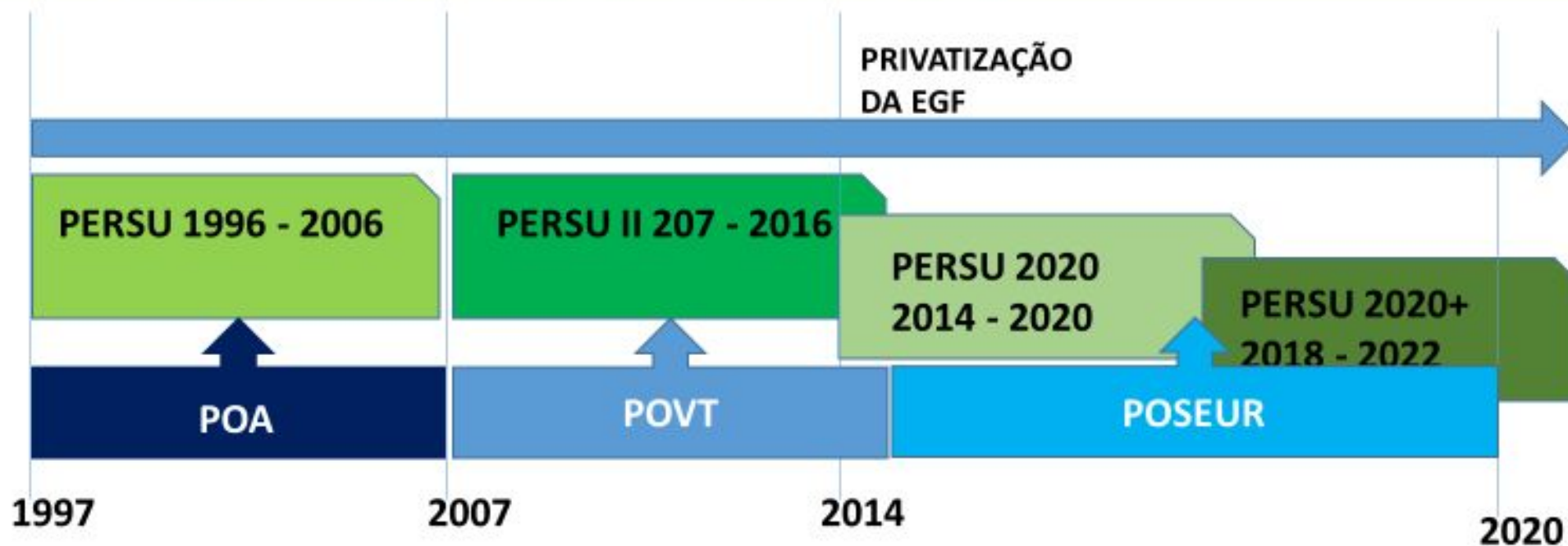
Aplicação do investimento por linha estratégica

Sustentabilidade da política de Resíduos



Planejamento de Gestão de Resíduos

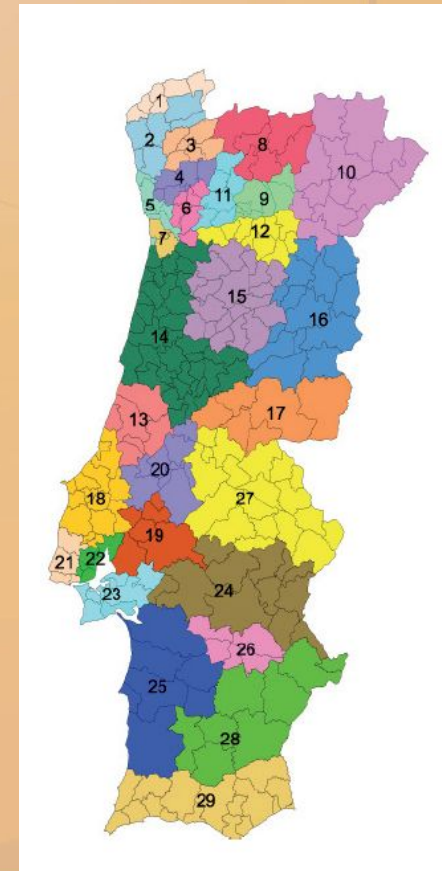
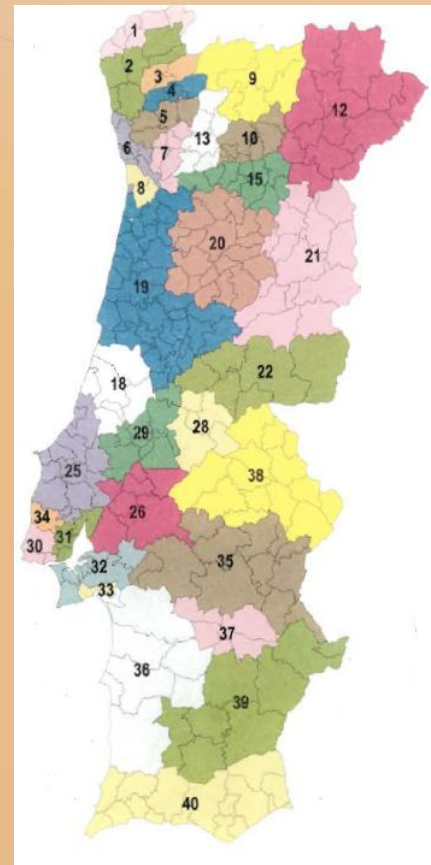
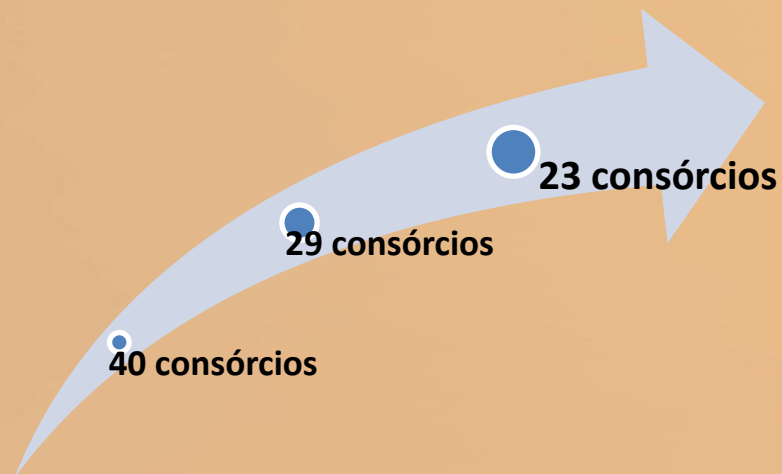
A política pública de resíduos urbanos
Objetivos. Metas e Mudanças institucionais
Europeização das políticas ambientais e de resíduos



Consórcios de Gestão de Resíduos

Multimunicipais e Intermunicipais

ANO	SMM	SIM
1996	18	22
2005	15	14
2010	11	12



1. VALORMINHO
2. RESULIMA
3. Braval
4. Amave
5. Lipor
6. Valsousa
7. SULDOURO
8. RESAT
9. Vale do Douro Norte
10. Resíduos do Noroeste
11. REBAT
12. RESIDOURO
13. VALORLIS
14. ERSUC
15. Planalto Beirão
16. ÁGUAS ZÉZERE E CÔA
17. Raia - Pinhal
18. RESIOESTE
19. Resiurb
20. Resitejo
21. Amtres
22. VALORSUL
23. AMARSUL
24. Gesamb
25. Ambital
26. Amcal
27. VALNOR
28. Resialentejo
29. ALGAR

Modelo de Gestão de Resíduos

A política pública de resíduos urbanos em Portugal

Modelos de gestão

Principais atores institucionais e operacionais

Modelo de gestão continente:

278 Municípios



TARIFA RESÍDUOS URBANOS MUNICIPAL -
CIDADÃO

23 Sistemas regionais



TARIFA RESÍDUOS SISTEMAS REGIONAIS
MUNICÍPIOS ADERENTES

Modelo regional facilita implementação



Faseamento implementação:

1. Modelo técnico
Reduz número infraestruturas
Reduz riscos ambientais
Reduz investimentos (< CAPAX)
Otimiza a operação (< OPEX)
Otimiza meios de controlo
2. Encerramento de lixões
Permite manter apenas 1 lixão e encerrar restantes
Permite construção de novas infraestruturas
- 3 Após novas infraestruturas
Encerramento último lixão
Facilita o Monitoramento pós encerramento

Regionalização no centro da Economia Circular

Resíduos são um Recurso



Regionalização é base da otimização



Regionalização contribui para a eficiência

OTIMIZAÇÃO
Equidade social



Nível de serviço vs Custo



Gestão otimizada



Satisfação dos clientes

Regionalização na base de valores ambientais



Regionalização vs sustentabilidade económica



Regionalização vs educação ambiental



CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS

SEPARAR E VALORIZAR
VAI DO COMEÇAR!



Articulação regional e local

RECOLHA DE RESÍDUOS
PORTA A PORTA ÀS 08H00,
DE 2ª FEIRA À 6ª FEIRA.

2ª feira
PLÁSTICO/METAL
PAPEL/CARTÃO

3ª feira
INDIFERENCIADOS

4ª feira
VIDRO
VIDRO

5ª feira
PLÁSTICO/METAL
PAPEL/CARTÃO

6ª feira
INDIFERENCIADOS

SE RECICLAR
A LAGOA FICA A GANHAR!

NÃO ABANDONE O LIXO VOLUMOSO NA RUA

**RECOLHA GRATUITA
808 20 32 32**

MAIS INFORMAÇÕES: WWW.CM-LISBOA.PT

MONOS NÃO SÃO MOBILIÁRIO URBANO!
Quanto mais sujos, mais tem de pagar

LIGUE PARA A SUA AUTARQUIA E FAÇA MARCAÇÃO PRÉVIA

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL



OBRIGADO !
carlos.martins@adp.pt



“INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE”





1903 Lisboa | Aguadeiros no Largo do Chafariz de Dentro